

Governo refaz contas e necessidade de dinheiro novo pode diminuir

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

A folga adicional que se espera obter neste ano com o superávit das transações comerciais — em vez dos US\$ 8 bilhões projetados anteriormente, já se trabalha com a perspectiva de um saldo de US\$ 9 bilhões para o ano — não chega a trazer maior tranquilidade para o governo, nas contas do setor externo.

A primeira vista, o fôlego de US\$ 1 bilhão que se espera gerar com um esforço maior de exportações até o final do ano representaria um abatimento, em valor equivalente, nos recursos adicionais de US\$ 4,3 bilhões com os quais se trabalhava antes, na previsão de refinanciamento externo (seja através de novos empréstimos dos bancos comerciais estrangeiros seja através do sistema de capitalização dos juros da dívida), para manter os haveres externos do País ao nível de dezembro de 1986.

A última montagem do balanço de pagamento do País, exercício feito ainda durante a gestão do ex-ministro da Fazenda, Dilson Funaro, traçava para o final de 1987 o mesmo valor de US\$ 4,6 bilhões para as reservas internacionais — medidas pelo conceito de caixa do Banco Central (BC) — que foi obtido em dezembro passado. Mas previa também, ao longo deste ano, o ingresso de US\$ 4,2 bilhões de novos recursos da parte do Banco Mundial (BIRD), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de agências financeiras internacionais.

A resistência das agências de financiamento vinculadas aos governos credores, em contribuir com novos financiamentos ao Brasil, pode comprometer o impacto favorável que um melhor saldo comercial traria para o fechamento das contas externas do País. Na verdade, a demora dos chamados Exim-banks — organismos oficiais de crédito que concedem ou avalizam financiamentos destinados, básica-

mente, ao comércio externo — em atender ao compromisso firmado, em janeiro, no Clube de Paris, é o que mais preocupa hoje as autoridades financeiras do governo que não escondem seu desagrado com o comportamento dos governos credores.

A expectativa era de que aquelas agências desembolsassem neste ano US\$ 1,192 bilhão (entre moeda e mercadoria) mas até agora nada foi liberado, nem sequer aprovado em seus cronogramas de novos financiamentos para o Brasil. Também estão lentas as negociações entre governos visando aos acordos bilaterais que buscam o detalhamento de taxas e valores da dívida vencida em 1986 e que foi rolada por mais seis anos no grande acerto de janeiro.

Apenas três países — a França, a Noruega e o Canadá — firmaram, até agora, acordos bilaterais com o Brasil, de um universo que engloba quinze países.

No Ministério da Fazenda, a disposição do BIRD de abrir negociações em torno de US\$ 500 milhões destinados a projetos do setor elétrico — uma missão brasileira segue para Washington neste fim de semana — foi recebida como um importante sinal e a expectativa é de que os entendimentos sejam acelerados de modo a que fique garantido o desembolso total de US\$ 2 bilhões para este ano.

No caso de as agências de governo, amarradas ao acordo do Clube de Paris, manterem sua resistência à concessão de novos financiamentos, existe sempre a possibilidade de o Brasil repetir o que já fez no ano passado e suspender o pagamento dos juros àqueles organismos. No Ministério da Fazenda, contudo, aguarda-se uma reação favorável da parte dos governos credores ao programa de ajuste econômico que está sendo montado internamente e, como consequência, que o fluxo de recursos novos ao País da parte daquelas agências seja retomado no segundo semestre.